

Uma advertência de economistas: desconfie de todos os economistas que têm certeza sobre todos os assuntos econômicos. Isto é fundamental para se entender o debate que, diariamente, vem sendo travado nos jornais, com economistas rejeitando, para a mesma doença econômica, terapias diferentes. O debate é importante. Porém, as certezas são poucas.

Esta é uma das conclusões a que chegaram cinco professores de economia da USP — Adroaldo Moura da Silva, João Sayad, Marcos Fonseca, Roberto Macedo e Zélia Maria Cardoso de Mello — numa mesa-redonda promovida pelo JT, dentro da III Semana de Economia, realizada no final do mês passado no campus da USP. Participaram da mesa-redonda os repórteres Luís Nassif e Miguel Angelo Filhage, além dos diretores do Centro Acadêmico Visconde de Cairu (que organizou a Semana de Economia), Luís Dantas e Roland Fischman.

● ● ●

JT — A teoria econômica disponível hoje tem instrumental suficiente para fazer uma avaliação precisa sobre os problemas econômicos?

João Sayad. — Eu fico profundamente preocupado com a relevância da cultura econômica no agravamento da crise. Eu acho que é uma teoria tão simples, tão provável, tão rústica que acaba sendo a justificativa para uma violência que está sendo feita na economia. Existem vários outros problemas econômicos, vários outros problemas de economia para os quais nós não estamos preparados; nós, que digo, são os intérpretes dessa cultura econômica, os formadores dessa cultura econômica e que acabam gerando uma porção de medidas de política ou justificativas para medidas de política que geram um custo humano muito grande. Essa briga contra a inflação, essa acusação de que o grande problema da economia americana é a inflação, que o grande problema da economia brasileira é o déficit público — todos estes são temas em que os economistas têm um papel muito importante, essa raiva antiestatal que, no Brasil e agora nos Estados Unidos, domina o pensamento econômico são, todos eles, temas que acho que os economistas têm um papel importante. Não sei se torno claro o que quero dizer. A gente tem um corpo doente para tratar, tem uma porção de dúvidas sobre qual a doença que ele tem, tem uma porção de dúvidas sobre qual o diagnóstico correto e, no entanto, muitos economistas não têm dúvida nenhuma em recomendar imediatamente a terapia mais dramática, mais violenta, mais arriscada, porque os custos desse tratamento acabam concentrando-se em pessoas diferentes daquelas que recomendaram a terapia.

JT — Pela sua exposição então você desconfia de todo economista que tem certeza. Como é que você explica então o fato do decano dos economistas brasileiros (Octávio Gouveia de Bulhões) propor uma terapia contra a inflação e garantir que em três meses acaba a inflação?

Sayad. — Este é um exemplo muito claro do tipo de posição com a qual eu não concordo. Acho que muitos de nós aqui também teriam muitas dúvidas sobre esse tipo de terapia. Até os conservadores ou até os economistas mais próximos do governo duvidam, violentamente, desse tipo de terapia. Por outro lado, como ele é o decano dos economistas brasileiros, a sua opinião tem um peso desproporcional à certeza científica que a apoiaria e acaba pressionando o governo e a própria opinião pública no sentido de achar que aquela é a terapia correta. Eu acho que é uma declaração que deveria ter sido mais ponderada.

Marcos Fonseca. — Complementando um pouco o que o João falou, não é só uma questão de duvidar da eficácia de determinadas medidas. É claro que existem muitas medidas que realmente não se sabe exatamente que tipo de efeito têm. Mas mesmo algumas em que haja um certo consenso a respeito da eficácia ainda permanece a questão sobre se ela é a medida mais apropriada, no sentido de que ela é de menor custo para se atingir determinado objetivo. Eu acho que seria quase consensual que uma política de restrição global, que seja mantida por um período muito longo de tempo, acabe, eventualmente, tendo algum efeito sobre a inflação ou, eventualmente, pode acabar tendo algum efeito sobre o balanço de pagamentos. Mas acho que a pergunta relevante é saber se essa é a forma mais apropriada de atacar esses problemas. É claro que a forma mais fácil de curar o doente, de eliminar a dor de cabeça, é matar o doente. É uma medida que realmente elimina a dor de cabeça. Não se tem dúvidas, se tem certeza absoluta a respeito disso. Só que tem um custo absolutamente desproporcional ao efeito que se pretende.

Sayad. — Talvez o economista, hoje, esteja assumindo um pa-

Esta é uma reunião de economistas



Há algum remédio para a crise? Ninguém tem certeza.

pel muito menos de cientista e muito mais de advogado. Quer dizer, cada parte interessada na formulação de política econômica tem um economista do seu lado. Então os banqueiros têm um economista para o qual a grande solução é aumentar a taxa de juros; os sindicatos têm os economistas para se defenderem contra economistas e banqueiros que dizem que o salário é causa de inflação; os economistas brasileiros são contra o protecionismo nessa altura dos acontecimentos, mas têm de estar prontos para reagir quando eles necessitarem proteger a indústria brasileira. Então o economista está perdendo o seu caráter de uma profissão de um cientista social e está passando a ser um advogado de paz e conflito. Não é só no Brasil, é no mundo inteiro isso. Sempre foi assim.



Adroaldo Moura. — O tema eu acho meio complicado: ciência econômica e crise. Eu gostaria de tentar mostrar como vejo os economistas no negócio. É mais ou menos sedimentado em três grandes grupos, o que não significa uma divisão ideológica, necessariamente. Usualmente esses indivíduos são vistos, como a vanguarda da teoria econômica, têm muito prestígio acadêmico e tem muita gente de esquerda, e de direita fazendo esse tipo de coisa, por incrível que pareça. Então esses são segmentos, digamos assim, que estão à margem, quer dizer, na verdade acham que a teoria econômica é um brinco de lógica. Alguns deles mesmos dizem isto. O outro grupo é dos profetas. Também têm os profetas de esquerda e de direita, evidentemente. Esses são equipados com instrumentos extremamente simples e que conseguem, a partir de uma idéia extremamente simples, interpretar qualquer fenômeno da natureza humana e de comportamento social, desde o comportamento do casamento até as teorias do mercado de câmbio. No grupo desses profetas está o Bulhões, por exemplo. Do ponto de vista profissional é interessante: os dois grupos se odeiam mutuamente. Eu acho que nós estamos discutindo exatamente esses dois tipos de indivíduos. Mas o problema é que isso sempre esteve presente na teoria econômica, não é novidade nenhuma e o risco deles formarem opinião pública realmente ocorre, mas é muito episódico. Podemos até citar alguns exemplos de profetas que foram detectores, digamos assim, da grande orientação de política econômica. Mas é muito raro. Normalmente a sociedade é muito mais rica e mais diversificada. Sempre tem profetas de todos os lados. Há o terceiro grupo, que é o grupo das poucas certezas, vamos chamar assim. Aí, mesmo quando você tem umas poucas certezas, você tem dois tipos de comportamento: como tem poucas certezas, existe aquele grupo que acha que não pode dizer nada e tem medo de dizer alguma coisa firme. Então é sempre contra o grupo dois. E há os

quívocamente, o efeito dos salários nominais sobre a inflação. Tanto que eles propõem não políticas monetárias de controle, mas política de renda, certos pactos sociais que é uma linha mais política de ver o negócio. Então acho que o debate não está muito puro em termos científicos. Eu acho que está pior é na parte de política, porque continua a prevalecer esse tipo de economista que não sei se inocentemente ou não — acredito que não — vê a economia como uma espécie desses órgãos eletrônicos que você pode fixar o volume, a tonalidade e o próprio ritmo. A economia não é nada disso. É uma coisa muito mais complicada, principalmente na parte de decisão ela é muito mais complicada, quer dizer, um circuito totalmente cheio de curtos-circuitos.

Adroaldo Moura. — O tema eu acho meio complicado: ciência econômica e crise. Eu gostaria de tentar mostrar como vejo os economistas no negócio. É mais ou menos sedimentado em três grandes grupos, o que não significa uma divisão ideológica, necessariamente. Usualmente esses indivíduos são vistos, como a vanguarda da teoria econômica, têm muito prestígio acadêmico e tem muita gente de esquerda, e de direita fazendo esse tipo de coisa, por incrível que pareça. Então esses são segmentos, digamos assim, que estão à margem, quer dizer, na verdade acham que a teoria econômica é um brinco de lógica. Alguns deles mesmos dizem isto. O outro grupo é dos profetas. Também têm os profetas de esquerda e de direita, evidentemente. Esses são equipados com instrumentos extremamente simples e que conseguem, a partir de uma idéia extremamente simples, interpretar qualquer fenômeno da natureza humana e de comportamento social, desde o comportamento do casamento até as teorias do mercado de câmbio. No grupo desses profetas está o Bulhões, por exemplo. Do ponto de vista profissional é interessante: os dois grupos se odeiam mutuamente. Eu acho que nós estamos discutindo exatamente esses dois tipos de indivíduos. Mas o problema é que isso sempre esteve presente na teoria econômica, não é novidade nenhuma e o risco deles formarem opinião pública realmente ocorre, mas é muito episódico. Podemos até citar alguns exemplos de profetas que foram detectores, digamos assim, da grande orientação de política econômica. Mas é muito raro. Normalmente a sociedade é muito mais rica e mais diversificada. Sempre tem profetas de todos os lados. Há o terceiro grupo, que é o grupo das poucas certezas, vamos chamar assim. Aí, mesmo quando você tem umas poucas certezas, você tem dois tipos de comportamento: como tem poucas certezas, existe aquele grupo que acha que não pode dizer nada e tem medo de dizer alguma coisa firme. Então é sempre contra o grupo dois. E há os

de poucas certezas que acham que têm que dizer alguma coisa. Quer dizer, não é porque você não tenha certeza sobre as coisas de natureza social que você tem que ficar calado. Eles tentam fazer o equilíbrio. Aí tem um monte de gente, acho que a grande maioria está nesse catálogo. Então como o economista interage? Que papel ele tem? Acho que o primeiro grupo não tem nenhum; o segundo grupo é o que pode ser mais nocivo. Quer dizer, o exemplo mais grave de todos esses negócios é o experimento de uma política econômica perseguida com objetivo de teste. Está na teoria. Não de resolver o problema de um país. Quer dizer, esse foi o caso típico da teoria monetária do balanço de pagamentos aplicada no Chile e na Argentina, que são os dois grandes experimentos. Quer dizer, são experimentos de teoria econômica e não de política econômica — esses casos são raros na história da humanidade. Então essa influência do economista e o problema da crise eu acho que realmente não têm muita coisa a ver, porque, por mais vocal que seja o economista, por mais influente que ele possa ser existe um fosso enorme entre a orientação de qualquer política econômica e como fazer a coisa.

Zélia Maria Cardoso de Mello. — O economista tem, cada vez mais, um papel na sociedade e que está ligado a tudo isso. Aí eu também queria fazer uma outra observação a respeito dessa divisão da escola de economia de Campinas e a escola do Rio de Janeiro.

Não vou meter o pau na divisão. Posso estar enganada, mas acho que tem um substrato nessa divisão que é interessante. É o seguinte: a ciência econômica, no Brasil, como é ensinada na universidade tendo a matriz teórica, digamos, neoclássica, a palavra política foi esvaziada da expressão economia política. Quer dizer, uma tentativa, de um lado, de colocar o objeto da ciência econômica como a lei e a política e, do outro lado, de privilegiar a experiência no sentido positivista, privilegiar relativamente à análise ou às discussões elaboradas. Eu acho que o resgate, a recuperação da palavra política à economia, quer dizer, à economia política, acho que tem um berço em Campinas. Eu me lembro de que, quando era estudante, a coisa mais pejorativa que se podia dizer de um economista era que ele era neoclássico. E, de repente, Campinas aparece como um lugar onde não tem neoclássico, que os caras estão lá fazendo umas coisas diferentes. Ou então acho que a recuperação da qualidade política à economia, de fato, tem o seu berço em Campinas. Neste sentido, eu acho interessante essa divisão porque ali, naquela escola de Campinas, tem economistas de formações diversas. Então eu acho que hoje o substrato que liga os vários economistas que estão agrupados ali é que eles estão tratando a economia

como economia política, quer dizer, não estão dissociando essas questões.

Fonseca. — Eu acho que, em primeiro lugar, já foi razoavelmente desmistificado, mas acho que vale a pena enfatizar outra vez que a economia, a ciência econômica não dá, de forma nenhuma, opções inquestionáveis a partir do estudo dos manuais de economia. Quer dizer, não se pode, a partir dos manuais, extrair nenhum ensinamento de política econômica absolutamente inquestionável. Eu acho que a ciência econômica, quando muito, pode dar melhor consciência dos efeitos de várias opções.

JT — Quem dá o tom do debate é o economista. Quer dizer, todos os jornalistas econômicos quando vão comentar determinadas medidas de política econômica por trás disso há leitura de entrevistas que vocês concedem abundantemente aos jornais, onde vem fulano dizendo, taxativamente, que sem a menor sombra de dúvida o salário não é inflacionário e fulano dizendo, taxativamente, sem a menor sombra de dúvida que o salário é inflacionário.

Fonseca. — Eu queria dizer que os dois estão certos.

JT — Eu acho que a gente tem, dentro do jornalismo econômico, essas ressalvas. Mas há uma atitude que precede a do jornalista econômico, que é realmente a do economista perder a certeza daquilo que afirmou.



Macedo. — É que para cada fato econômico existem várias formas de comentá-lo. Uma é a do pesquisador: ele tem o número, tem a opinião cheia de nuances e, às vezes, não se consegue comunicar. Aí entra o jornalista, que traduz o que ele diz e mostra o número, divulga. Eu não tenho dúvidas sobre essa função do jornalista. É muito importante. O que estou dizendo é que a minha sensação, principalmente nos últimos meses, quando esse debate ficou meio maluco, é que as posições estavam trocadas: o jornalista estava extremamente opinativo e o economista — aí faço questão de salientar isto — estava muito pouco crítico nas suas informações. As opiniões estavam muito fortes por parte de pesquisadores e muito dogmáticas por parte dos jornalistas. Também vamos ver a ótica dos empresários. Então

a minha impressão é que tinha um congestionamento de elites, todo mundo entendendo tudo. Eu acho que principalmente o economista da universidade não entende nada de como é que se administra a coisa pública. Ele está na universidade, ele é professor universitário por tempo integral.

JT — Mas a função acadêmica não permite?

Sayad. — Não. Permite ele tomar parte.

JT — Entender pelo menos?

Sayad. — Permite entender, mas ele não pode dizer: "Eu acho que a melhor forma da Sabesp trazer a água é isso ou aquilo". Isso é um problema que o cara da Sabesp deve trazer essa contribuição.

A natureza da contribuição para o debate é diferente. Do jornalista, primeiro, uma atenção aos fatos e, segundo, uma divulgação da idéia. E o economista — quando falo do economista não é o economista diretor da CMTC, mas o economista da universidade — tem uma posição muito mais cheia de nuances.

JT — Todo mundo já falou que não se pode ter certeza com relação à crise. Dá para a gente fechar um ponto com relação ao que se pode ter certeza em relação à questão de renegociação de dívida?

Macedo. — Não. Mas, por exemplo, alguma coisa em termos de diagnóstico eu acho que, de uma forma ou de outra, pode caminhar-se para um consenso. É uma questão metodológica, pois você não pode provar que uma coisa é verdadeira, você pode provar que ela é falsa. Por exemplo, essa cantilena da taxa de juros internacional. Eu ouvi muita gente dizendo que o problema do Brasil é taxa de juros internacional e que o problema vai ficar resolvido quando as taxas começarem a cair. O que aconteceu, recentemente? As taxas caíram e as taxas internas subiram. Aí você já conclui o seguinte: não é só taxa de juros internacional.

JT — Mas hoje a economia está vivendo um momento de impasse. É possível ver uma saída no final do túnel? Como é que vocês estão vendo isto?

Fonseca. — Nesse caso, nós, economistas, temos que confessar a nossa ignorância no sentido de não podermos fazer previsões. Talvez a única coisa que possamos dizer, em termos de previsão, e não como economistas, mas simplesmente como pessoas dotadas de razoável bom senso, é que nada como um dia após o outro, quer dizer que, algum dia, em alguma hora, alguma coisa há de mudar no sentido de melhorar em relação a hoje. O que não quer dizer que antes de melhorar piore ainda mais.

Moura. — Eu talvez possa expressar a minha opinião a respeito disso, nomeando três coisas que eu diria que tenho algumas certezas sobre elas, ainda que possam ser temporárias. Primeiro é a renegociação da dívida externa, que é o tipo da coisa política-administrativa por excelência. Eu vejo, talvez, até o economista que tenha alguma habilidade de manipular informações de taxas de juros, etc., possa ser útil depois que a coisa for definida. Mas nesse debate, na melhor das hipóteses, ele pode chamar a atenção para alguns aspectos. Um segundo problema que acho que também tem um pouco disso é a reforma tributária. Evidentemente que o economista pode ter um papel de indicar até quais os tributos que são mais eficazes do que aquele outro, etc. Mas o debate sobre a reforma tributária em si é por excelência, um debate político porque está no centro da questão federalismo, Estado unitário, a distribuição de competência de poder. Mas não é o conhecimento específico do economista que vai servir como elemento-guia da coisa. Eu acho que essas coisas têm de ficar muito claras. Então, por exemplo, quando se discute a reforma tributária, se tende a exigir do economista um tipo de participação que, na verdade, ele não tem competência para dar. Gastos públicos: é o tipo da coisa que o economista, na melhor das hipóteses, pode até opinar. Mas é o tipo da coisa que é complicadíssima, quer dizer, ter de cortar os gastos públicos, como se faz? Em cada uma dessas questões o economista pode até contribuir, mas não é da competência do economista, como tal, fazer. Agora, por exemplo, algumas certezas que os economistas podem ter, no meu caso, pois isso é pessoal. Eu acho que, por exemplo, existe um largo consenso de que nós vivemos uma crise muito séria no Brasil e no mundo. É uma crise que vai passar por uma adaptação da estrutura física de produção, vai ter de passar e ninguém sabe direito o que pode ocorrer, no futuro, porque há muitas incertezas, há algumas especulações bem educadas sobre o problema. Mas, no meu entender, o economista que estiver vendendo hoje a possibilidade de uma superação dessas dificuldades com uma varinha de condão prova uma certa incompetência. Neste sentido é que tenho essa certeza.

JT — Advoga-se a renegociação da dívida como uma forma de dar mais liberdade econômica. Mas como é que seria, depois da renegociação, a política econômica?

Moura. — Eu acho que há consenso dizendo o seguinte: a situação está preta e alguma coisa precisa acontecer. Mas quando vejo o que está acontecendo na economia norte-americana, com os bancos americanos, o número de inadimplências, o número de países que estão com atrasos comer-

▶▶▶